

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE
RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Aos nove dias do mês de junho do ano de dois mil e três, as 10:00 h no auditório da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, sito a rua C, esquina com a rua F – Palácio Paiaguás em Cuiabá/MT, ocorreu a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Posse dos Membros e discussão e Aprovação do Regimento Interno, onde estiveram presentes: O Presidente do Conselho Sr. Moacir Pires de Miranda Filho, a Secretaria Geral e os seguintes membros do Conselho Pleno: O Sr. Edson Nunes (titular) e o Sr. Lourival A. Vasconcelos (suplente) representantes da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA; O Sr. Gilson Oliveira Santos (suplente) representante da Secretaria de Estado de Transporte - SEET; O Sr. Luiz Gonzaga Toledo (titular) e o Sr. Juraci Ozeda Ala Filho (suplente) representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN; O Sr. Ricardo Luiz Henry (titular) e o Sr. Geraldo Donizete Lúcio (suplente) representantes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Turismo- SEDTUR; A Srª Vera Lucia Dias Lopes (titular) e a Srª Letícia Bertaia (suplente) representantes da Secretaria de Estado de Saúde – SES; O Sr. Serafim Carvalho Melo (suplente) representante da Secretaria de Estado de Industrias, Comércio e Mineração – SICM; O Sr. José Augusto Ferraz de Lima (titular) e o Sr. Josamar Gomes da Silva (suplente) representantes do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; O Sr. Fernando Kenhty Shirashi (titular) representante da Universidade Federal de Mato Grosso; O Sr. Carlos Teodoro José Hugueney Irigaray (titular) representante da Procuradoria Geral do Estado – PGE; O Sr. José Benedito Gaíva (titular) representante da Companhia de Saneamento da Capital – SANECAP; O Sr. Ataíde Pereira Leite (titular) e o Sr. Mitri Salah Ayoub (suplente) representantes da Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM; O Sr. Itamar João Tormem (titular) representante da Cooperativa Agrícola dos Irrigantes de Primavera do Leste- AGRIVERA; A Srª Jane Maria de Souza Santos (titular) e a Srª Mirian de Loudes Gomes da Silva (suplente) representantes da REDE CEMAT; O Sr. Dílson Leal Silva Filho (titular) e o Sr. Marco Aurélio Martiniano de Araújo (suplente) representantes da Associação Ambientalista, Turística e Empresarial de Cáceres – ASATEC; O Sr. Nilson Roberto Tagliari (titular) e o Sr. Carlos Eduardo Gonzalez Baldi (suplente) representantes da Federação da Indústrias no Estado de Mato Grosso – FIEMT; O Sr. Adair José de Moraes (titular) e o Sr. Francisco das Chagas de Medeiros (suplente) representantes da Associação de Aqüicultores do Estado de Mato Grosso – AQUAMAT; O Sr. Mário de Castro Ferreira (titular) e o Sr. João Alfredo Silva (suplente) representantes do Instituto de Defesa do Manso – INDEMA; O Sr. Ciro Gomes de Freitas (titular) e a Srª Valquíria de Carvalho Azevedo (suplente) representante do Instituto Mato-grossense de Direito e Educação Ambiental – IMADEA. O Presidente do CEHIDRO deu posse aos membros presentes os quais assinaram a Ata de Posse, passando para o próximo item da pauta - Discussão do Regimento Interno, a reunião passou a ser presidida pelo Sr. Edson Nunes, o qual colocou em discussão item por item da proposta do Regimento Interno. O Regimento Interno, descrito abaixo foi aprovado conforme alterações sugeridas pelos Conselheiros.

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I
DA CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO, órgão colegiado do Sistema Estadual de Recursos Hídricos criado pela Lei nº 6.945, de 05 de novembro 1.997; e regulamentado pelo Decreto nº 3.952, de 06 de março de 2.002, de caráter consultivo, deliberativo e recursal, tem por competência:

I – exercer funções normativas, deliberativas e consultivas pertinentes à formulação, implantação e acompanhamento da Política Estadual de Recursos Hídricos;

II – aprovar os critérios de prioridades dos investimentos financeiros relacionados com os recursos hídricos e acompanhar a sua aplicação;

III – avaliar e opinar sobre os programas encaminhados pelo órgão Coordenador/Gestor;

IV – apreciar o Plano Estadual de Recursos Hídricos apresentado pelo órgão Coordenador/Gestor, ouvidos previamente os Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica e submetê-lo ao governador para aprovação e publicações por Decreto Governamental.

V – opinar sobre a conveniência da celebração de convênios e acordos com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais, para o desenvolvimento do setor;

VI – deliberar sobre critérios e normas para outorga, cobrança pelo uso da água e rateio dos custos entre os beneficiários das obras de aproveitamento múltiplo ou interesse comum, considerando o disposto neste regimento;

VII – aprovar as propostas de instituição dos Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica e estabelecer critérios gerais para a elaboração de seus regimentos;

VIII – examinar os relatórios técnicos sobre a situação dos recursos hídricos do Estado;

IX – julgar os recursos administrativamente interpostos e os conflitos de uso da água em última instância no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos;

X – representar o Governo do Estado, através de seu representante legal, junto aos órgãos federais e entidades nacionais que tenham interesses relacionados aos recursos hídricos de Mato Grosso;

XI – deliberar sobre a aplicação dos recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos.

Art. 2º – Além das competências definidas pelo artigo anterior caberá ainda ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos as seguintes atribuições:

I – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno;

II – aprovar o Regimento Interno dos Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica;

80 III – instituir por meio de Resolução os Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica em
81 rios de domínio do Estado;

82 IV – fixar a composição dos Comitês Estaduais de Bacia Hidrográfica, observada a
83 paridade entre o Poder Público e a Sociedade Civil, assegurada a participação de
84 representantes dos usuários e das comunidades indígenas com interesses na bacia;

85 V – aprovar o Plano de Aplicação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos –
86 FEHIDRO;

87 VI – estabelecer os procedimentos relativos à cobrança pelo uso da água, a ser
88 implantada de forma gradual, observado o disposto no art. 15 da Lei que trata este
89 regulamento;

90 CAPÍTULO II 91 DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

92 SEÇÃO I 93 DA ESTRUTURA

94 Art. 3º - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CEHIDRO, possui a seguinte
95 estrutura:

96 I – Conselho Pleno;

97 II – Secretaria Executiva.

98 Art. 4º - Caberá a Fundação Estadual do Meio Ambiente, sem prejuízo das demais
99 competências que lhe são conferidas, prover os serviços necessários à implantação da
100 Secretaria Executiva do Conselho, podendo solicitar a disposição de servidores públicos
101 de outros órgãos para compô-la.

102 SEÇÃO II 103 DA COMPOSIÇÃO

104 Art. 5º – O Conselho Estadual de Recursos Hídricos será presidido pelo Secretário
105 Especial de Meio Ambiente e composto por representantes dos seguintes órgãos e
106 entidades:

107 I – representantes dos órgãos e instituições governamentais:

108 a) Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA;

109 b) Secretaria de Estado de Transporte - SET;

110 c) Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN;

111 d) Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural – SEDER;

112 e) Secretaria de Estado de Desenvolvimento de Turismo - SEDTUR;

- 113 f) Secretaria de Estado da Saúde - SES;
- 114 g) Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração - SICM;
- 115 h) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis -
116 IBAMA/SUPES/MT;
- 117 i) Universidade Pública;
- 118 j) Procuradoria Geral do Estado - PGE;
- 119 k) Instituição pública de abastecimento de água e de esgoto sanitário;
- 120 II– representantes de entidades não governamentais:
- 121 a) Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM;
- 122 b) seis (06) representantes de usuários de recursos hídricos;
- 123 c) três (03) representantes de organizações civis de recursos hídricos;
- 124 d) Um (01) representante de instituição de pesquisa na área de recursos hídricos;
- 125 § 1o Os membros de que trata o inciso I e alínea “a” do inciso II deste artigo e seus
126 suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos ou instituições.
- 127 § 2o O membro de que trata a alínea “i” do inciso I deste artigo e seu suplente, serão
128 indicados pela Universidade pública, com interesse e atuação comprovada na área de
129 recursos hídricos.
- 130 § 3o A Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT indicará seu representante no
131 primeiro biênio do mandato, observando-se aos Biênios subsequentes uma alternância
132 pelas demais Universidades Públicas do Estado de Mato Grosso.
- 133 § 4o Os membros indicados na alínea “b” do inciso II deste artigo e seus suplentes,
134 serão indicados por entidades representativas de usuários que comprovem sua atuação
135 nos seguintes setores:
- 136 I – irrigação;
- 137 II – geração hidrelétrica;
- 138 III - hidroviário;
- 139 IV – industrial;
- 140 V – pesca;
- 141 VI – utilização de recursos hídricos com finalidade de lazer ou turismo;

§ 5º Os membros e seus respectivos suplentes, mencionados na letra “c” do inciso II deste artigo, representarão cada uma das três grandes bacias hidrográficas do Estado, respectivamente: Alto Paraguai, Araguaia/Tocantins e Amazônica, e serão eleitos, a partir do segundo mandato, pelas seguintes entidades:

I – comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II – organizações não-governamentais, legalmente constituídas, com objetivos, interesses e atuação comprovada em recursos hídricos na área da bacia.

§ 6º As entidades não-governamentais citadas nas alíneas “b” e “c” do inciso II deste artigo, terão mandato de 02 (dois) anos, incumbindo ao Conselho realizar a partir do segundo mandato audiência pública para a eleição dos representantes.

§ 7º Os membros de que trata a alínea “d” do inciso II deste artigo, serão indicados pelas universidades particulares ou instituições de pesquisas, legalmente constituídas, com interesse e atuação comprovada na área de recursos hídricos.

§ 8º Os representantes das organizações de que tratam as alíneas “b”, “c” e “d” do inciso II deste artigo, serão convidados pelo presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos para o primeiro biênio.

§ 9º Os Conselheiros e seus respectivos Suplentes serão nomeados pelo Governador do Estado, sendo empossados em até trinta dias após as eleições.

§ 10º Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho, a reunião será presidida por um membro de sua indicação.

SEÇÃO III DO FUNCIONAMENTO DO PLENÁRIO

Art. 6º – O Conselho Pleno deliberará por maioria absoluta de seus membros, e reunir-se-á ordinariamente a cada bimestre, sendo o calendário anual de reuniões estabelecido na última sessão de cada ano.

Parágrafo único - A convocação ordinária será feita com quinze dias de antecedência, estabelecendo a pauta dos trabalhos.

Art. 7º - As reuniões extraordinárias do Conselho poderão ser convocadas por seu Presidente ou por, no mínimo, dez Conselheiros.

§ 1º A convocação extraordinária será feita com dez dias de antecedência, estabelecendo a pauta dos trabalhos.

§ 2º Poderá, em caso de calamidade pública, ser convocada reunião extraordinária emergencial.

Art. 8º - Será obrigatório o encaminhamento, juntamente com a convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias, de toda documentação sobre os assuntos a serem

177 objeto de deliberação pelo CEHIDRO, exceto o requerimento de convocação
178 emergencial.

179 Art. 9º - As reuniões ordinárias e extraordinárias tratarão exclusivamente da matéria que
180 justificar sua convocação, somente podendo ser objeto de decisão os assuntos que
181 constem da pauta da reunião.

182 § 1º - As reuniões do Conselho serão públicas com a condução e ordem dos trabalhos
183 sendo disciplinando pelo Presidente, observando-se o Regimento Interno;

184 § 2º- A inclusão de matéria nova na pauta em requerimento de urgência, deverá ser
185 deliberada pelo Conselho, após a ordem do dia.

186 Art. 10. – A pauta das reuniões ordinárias e extraordinárias será preparada pela
187 secretaria executiva e aprovada pelo presidente, delas constando necessariamente:

188 I – abertura da sessão, leitura, discussão e votação da ata da reunião anterior;

189 II – leitura do expediente, das comunicações e da Ordem do Dia;

190 III – deliberação;

191 IV – encerramento.

192 Art. 11. – A Ordem do dia observará, em sua elaboração, o seguinte desdobramento:

193 I - requerimento de urgência;

194 II - proposta de resolução objeto de (anterior) pedido de vista ou de retirada de pauta
195 pelo proponente, com o respectivo parecer ou justificativa;

196 III – resoluções aprovadas e não publicadas por decisão do Presidente, com a respectiva
197 emenda e justificativa;

198 IV – propostas de resolução em curso normal;

199 V – moções.

200 Parágrafo único. Nas reuniões, as matérias deliberativas terão precedência sobre as
201 matérias de qualquer outra natureza.

202 Art.12. - O Conselho manifestar-se-á por meio de:

203 I - proposta de Resolução - quando se tratar de deliberação vinculada à competência
204 legal do Conselho; ou

205 II - moção - quando se tratar de manifestação, de qualquer natureza, relacionada com a
206 temática recursos hídricos.

207 Parágrafo único. As resoluções e moções serão datadas e numeradas em ordem distinta,
208 cabendo à Secretaria Executiva coligá-las, ordená-las e indexá-las.

209 Art. 13. – As matérias a serem submetidas à apreciação do Plenário deverão ser
210 encaminhadas à Secretaria Executiva, que proporá ao Presidente sua inclusão na pauta
211 da reunião.

212 Parágrafo único. As propostas de resoluções que implicarem despesas deverão indicar a
213 fonte da respectiva receita.

214 Art. 14. - Poderá ser requerida urgência, na apreciação pelo Plenário, para qualquer
215 matéria não constante da pauta.

216 § 1º O requerimento de urgência deverá ser subscrito por um mínimo de cinco
217 Conselheiros e ser encaminhado à Secretaria Executiva, com no mínimo cinco dias de
218 antecedência, a qual, no prazo de três dias providenciará a distribuição aos
219 Conselheiros.

220 § 2º O requerimento de urgência poderá ser acolhido, a critério do plenário, por maioria
221 simples.

222 § 3º Aplica-se o disposto neste artigo a qualquer proposta de resolução ou moção, cujo
223 regime de urgência for aprovado, devendo ser incluída, obrigatoriamente, na pauta da
224 reunião, ou em reunião extraordinária convocada na forma do art. 6º e 7º, e respectivos
225 parágrafos, deste Regimento.

226 Art. 15. É facultado a qualquer Conselheiro requerer vista, devidamente justificada, de
227 matéria ainda não julgada, ou ainda, solicitar a retirada de pauta de matéria de sua
228 autoria.

229 § 1º Quando mais de um Conselheiro pedir vista, o prazo será único.

230 § 2º Fica automaticamente convocada reunião extraordinária para apreciação de matéria
231 objeto de pedido de vistas, no prazo máximo de 30 dias, quando deverá ser apresentado
232 parecer pelo respectivo Conselheiro.

233 § 3º O parecer relativo à matéria objeto de pedido de vistas, deverá ser encaminhado à
234 Secretaria Executiva no prazo máximo de sete dias antes da reunião, a qual deverá dar
235 conhecimento aos demais Conselheiros.

236 § 4º Considerar-se-á intempestivo o pedido de vista ou de retirada de pauta, após o
237 início da votação da matéria.

238 § 5º As propostas de resolução que estiverem sendo discutidas em regime de urgência,
239 somente poderão ser objeto de concessão de pedido de vistas se o Plenário assim o
240 decidir, por maioria simples.

241 Art. 16. A deliberação dos assuntos em plenário deverá obedecer a seguinte seqüência:

242 I - o Presidente apresentará o item incluído na Ordem do Dia e dará a palavra ao relator,
243 que apresentará seu parecer;

- 244 II - terminada a exposição, a matéria será colocada em discussão, podendo qualquer
245 Conselheiro manifestar-se a respeito por escrito ou oralmente;
- 246 III - encerrada a discussão, o Plenário deliberara sobre a matéria, em votação nominal e
247 aberta.
- 248 Parágrafo único. A manifestação que trata o inciso II deste artigo deverá limitar-se a
249 um máximo de três minutos por Conselheiro, ressalvados casos de alta relevância, a
250 critério do Presidente.
- 251 Art. 17. – Os suplentes poderão participar das discussões do plenário com direito a voz,
252 porém, com direito a voto somente na ausência do titular.
- 253 Art. 18. – O Conselho Pleno poderá convidar autoridades públicas, inclusive
254 municipais para participarem das reuniões de interesse da parte, bem como técnicos
255 especializados ou ouvir qualquer pessoa a seu critério, com direito a voz, porém sem
256 voto.
- 257 Art. 19. As resoluções aprovadas pelo Plenário serão referendadas pelo Presidente, no
258 prazo máximo de trinta dias, e publicadas no Diário Oficial do Estado.
- 259 Parágrafo único. O Presidente poderá adiar, em caráter excepcional, a publicação de
260 qualquer matéria aprovada, desde que constatados equívocos ou infração das normas
261 jurídicas ou impropriedades em sua redação, devendo ser a matéria, obrigatoriamente,
262 incluída na reunião subsequente, acompanhada de proposta de emendas devidamente
263 justificada.
- 264 Art. 20. As atas deverão ser aprovadas pelo Plenário, assinadas pelo Presidente e pelo
265 Secretário-Executivo.
- 266 Art. 21. A participação dos membros no Conselho não enseja qualquer tipo de
267 remuneração e será considerada de relevante interesse público.

268 SEÇÃO IV 269 DAS COMPETÊNCIAS

- 270 Art. 22. Ao Presidente compete:
- 271 I – representar o Conselho judicialmente ou extra-judicialmente;
- 272 II - convocar e presidir as reuniões do Plenário, cabendo-lhe, o voto de qualidade;
- 273 III - ordenar o uso da palavra;
- 274 IV - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário, intervindo na
275 ordem dos trabalhos ou suspendendo-os sempre que necessário;
- 276 V - assinar as deliberações do Conselho e atos relativos ao seu cumprimento;

277 VI - submeter à apreciação do Plenário o calendário de atividades e o relatório anual do
278 Conselho;

279 VII - dar posse aos membros do Conselho;

280 VIII - assinar as atas aprovadas nas reuniões;

281 IX - encaminhar ao Governador exposições de motivos e informações sobre matéria da
282 competência do Conselho;

283 X - delegar competência;

284 XI - decidir sobre os pedidos de vista apresentados tempestivamente;

285 XII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento, adotando, para este fim,
286 as providências que se fizerem necessárias.

287 Art. 23. À Secretaria Executiva compete:

288 I - submeter à apreciação do Plenário, propostas de normas para o gerenciamento dos
289 recursos hídricos que lhe forem encaminhadas;

290 II - relatar a fiscalização do cumprimento das normas técnicas aprovadas pelo Plenário;

291 III - elaborar o relatório anual de atividades, submetendo-o ao Presidente do Conselho;

292 IV - cumprir e fazer cumprir as atribuições constantes deste Regimento e os encargos
293 que lhe forem cometidos pelo Conselho;

294 V - prestar esclarecimentos solicitados pelos Conselheiros;

295 VI - encaminhar e fazer publicar as decisões emanadas do Plenário;

296 VII - organizar as reuniões do CEHIDRO;

297 VIII - encaminhar documentos e prestar informações relacionadas com o CEHIDRO;

298 IX - executar outras atribuições correlatas, determinadas pelo Presidente do Conselho;

299 Art. 24. Incumbe aos Conselheiros:

300 I - comparecer às reuniões;

301 II – convocar o suplente em caso da impossibilidade do seu comparecimento;

302 III - debater a matéria em discussão;

303 IV - requerer informações, providências e esclarecimentos ao Presidente e ao
304 Secretário-Executivo;

- 305 V - pedir vista de matéria, observando o disposto no art. 15 e seus parágrafos;
- 306 VI - apresentar relatórios e pareceres nos prazos fixados;
- 307 VII - tomar a iniciativa de propor temas e assuntos à deliberação e ação do Plenário, sob
308 a forma de proposta de resoluções ou moções;
- 309 VIII - propor questões de ordem nas reuniões plenárias;
- 310 IX – observar, em suas manifestações, as regras básicas da convivência e do decoro.
- 311 Art. 25. Compete à Fundação Estadual do Meio Ambiente:
- 312 I - prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Estadual de Recursos
313 Hídricos;
- 314 II - coordenar a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- 315 III - instruir os expedientes provenientes dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

316 CAPITULO III
317 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

318 Art. 26 O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta de qualquer de
319 seus membros, com aprovação da maioria absoluta do Conselho.

320 Art. 27 Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação deste Regimento serão
321 solucionados pelo Presidente, ouvido o Plenário.

322
323 Ao final da discussão do Regimento Interno, o Sr. Serafim Carvalho sugeriu a criação
324 de Câmaras Técnicas no Conselho e que as duas próximas reuniões fossem realizadas
325 mensalmente e posteriormente as mesmas passassem a ser bimestrais conforme
326 estabelece o Regimento Interno. O Sr. José Augusto sugeriu que fosse discutido como
327 pauta para a próxima reunião: A Secretaria Executiva e Câmaras Técnicas, proposta
328 aprovada pelos conselheiros. A Sr^a. Vera Lúcia sugeriu que as reuniões poderiam ser
329 realizadas na 2ª quinzena de cada mês. Entretanto ficou decidido pelo conselho pleno
330 que a próxima reunião será realizada no dia 14 de Julho de 2003 às 09:00h no Auditório
331 Pantanal/FEMA e nela serão discutidas as próximas datas das reuniões. Nada mais
332 havendo, o Presidente encerrou a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de
333 Recursos Hídricos e eu Jackeline Leite, lavrei a presente Ata que será aprovada pelos
334 conselheiros e assinada pelo Presidente e Secretário Executivo do Conselho.

335

336

337

338 **Moacir P. de Miranda Filho**
339 Presidente do CEHIDRO

Edson Nunes
Secretário Executivo

340

341 * *publicada no Diário oficial do Estado de Mato Grosso em 22/08/2003.*

342 ** *Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial.*

343